

Toques&Dados

Informativo do Sindados - MG - 13/10 a 19/10 de 2019

PRODEMGE NO CAMINHO DA PRIVATIZAÇÃO



O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, encaminhou à Assembleia Legislativa do estado três Projetos de Lei que, supostamente, buscam a recuperação fiscal de Minas. A primeira proposta é o pedido de autorização do Legislativo para que o estado faça a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal da União, que tem como exigência a privatização de empresas públicas. A segunda proposta encaminhada aos deputados trata da privatização da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), tendo o governador já declarado que as próximas empresas públicas a serem privatizadas serão a CEMIG e a COPASA.

Romeu Zema afirmou, no último dia 23 de setembro, que quer ser o governador de Minas “que mais vai perder poder durante o seu mandato. Quero perder todas as estatais”.

Junto a isso, chegam informações de diversas fontes colocando que a PRODEMGE vem sendo “preparada” para ser privatizada. Entre as ações da atual gestão da Empresa está o plano de recuperação financeiro em curso, que a princípio aparenta ter o objetivo de reestruturação da PRODEMGE como bem público, através de boas práticas trazidas pela experiência dos administradores da iniciativa privada, mas que, no fundo, tem a finalidade de tornar a Empresa atrativa para a venda. Redução de custos operacionais, equilíbrio financeiro, redução de valores contratuais praticados e até a inclusão de um provável perdão de parte da dívida do Estado com a PRODEMGE, informação confirmada pelo próprio presidente da Empresa, são algumas ações que fazem parte desta política.

Interesse por informações dos cidadãos

As empresas públicas de Tecnologia da Informação são valiosas por conta dos múltiplos contratos que mantêm com o Estado e seus órgãos públicos para a prestação de serviços de tecnologia. São responsáveis pela guarda e proteção de dados

do cidadão, também por atividades relacionadas ao desenvolvimento de software, serviços e consultoria na área de TI.

Além dos recursos tecnológicos e equipamentos de ponta, redes estruturadas já implantadas e de longo alcance, o corpo funcional das empresas é, em geral, altamente qualificado e experiente. Mas de longe, o que é mais cobiçado e de valor para o mercado privado são as informações e os dados que essas empresas processam e armazenam, que são críticos e desejados. Dados são infinitamente reutilizáveis. Uma vez tratados, são extremamente valiosos e oferecem inúmeras possibilidades para quem os detiver.

Essas empresas públicas despertam grande interesse de empresas privadas. Como exemplo, temos o SERPRO e a DATAPREV, que já foram anunciadas na lista de empresas a serem privatizadas pelo Governo Federal. Com a PRODEMGE, tudo está indicando que não será diferente.

Riscos da privatização

Os planos de privatização não consideram a vulnerabilidade dos dados administrados por essas empresas, bem como as possíveis consequências, em termos de segurança e privacidade, relacionadas à venda destes ativos. Faz-se necessário debater as relações que possíveis compradores tenham com outras empresas, que enxerguem vantagens comerciais na base de dados dos cidadãos, bem como a forma com que as informações serão administradas pela iniciativa privada.

As empresas públicas existem há pelo menos 50 anos. Evoluíram e se fortaleceram, acompanhando o crescimento da população. Nenhum governo sabe como precificar e nem como transferir para o setor privado esse monopólio de guarda e processamento de dados e informações.

Os dados processados não pertencem a nenhum governo ou gestão, pertencem, obviamente, à sociedade brasileira. E é o Estado quem precisa se responsabilizar pela segurança e privacidade das informações da população.

Privatizar nossas empresas públicas de TI é atentar contra a soberania nacional.



SENADO REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM FOCO NAS PRIVATIZAÇÕES

No dia 14 de outubro de 2019, às 9 horas, no Plenário nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, do Senado Federal, ocorrerá a Audiência Pública que terá como tema: "Previdência e Trabalho", com foco nas privatizações. A Audiência é uma iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, presidida pelo senador Paulo Paim, e terá transmissão ao vivo pela TV Senado e pelo youtube. É fundamental que o maior número de pessoas possível esteja conectado, acompanhando o debate. A FENADADOS estará representada por sua diretora, Socorro Lago.

PRODABEL: DEMISSÕES DISCRIMINATÓRIAS SÃO DECLARADAS ILEGAIS PELO MPT

A Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho (MPT) acatou recurso do SINDADOS-MG e reconheceu que a PRODABEL promoveu demissão discriminatória de empregados, em virtude da idade ou da condição de aposentado. Em função disto, o Ministério determinou a reabertura de Inquérito Civil para que sejam tomadas as providências administrativas ou judiciais cabíveis, exigindo da direção da Empresa a adoção de critérios objetivos e impessoais no tocante à demissão de pessoal. Se o gestor agiu de forma ilegal, o Sindicato corre atrás para proteger os direitos dos trabalhadores. Desdobramentos desta história serão contados em próximos boletins.

NEGOCIAÇÃO DATA-BASE SETEMBRO

Na última quarta-feira, dia 09/10, tivemos mais uma rodada de negociação entre SINDADOS-MG e o sindicato patronal, SINDINFOR. Novamente, foram debatidos pontos importantes da pauta, entre eles o reajuste

salarial, cujo percentual ainda não evoluiu, permanecendo no índice de 3,2% (reposição da inflação do período). A cláusula cujo debate preponderou nesta reunião foi a de BANCO DE HORAS.

COBRA TECNOLOGIA: FINALMENTE A NEGOCIAÇÃO

Na última quarta-feira, 09 de outubro, a FENADADOS se reuniu com o mediador do Tribunal Superior do Trabalho (TST) para discutir a Campanha Salarial da Cobra Tecnologia. Na oportunidade, a Federação detalhou as questões referentes às cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho, o posicionamento da Empresa na visão da representação dos trabalhadores e expôs a pauta de reivindicações.

O resultado desta reunião foi o agendamento da audiência bilateral de mediação, com a participação da Cobra Tecnologia e FENADADOS, para o próximo dia 14 de outubro, às 14 horas. Nossa expectativa é que a conversa evolua e, finalmente, possamos ver iniciado o processo de negociação, já que diretamente com a Empresa isto não aconteceu.

SINDADOS-MG OBTÉM VITÓRIA EM AÇÃO JUDICIAL MOVIDA CONTRA A COBRA TECNOLOGIA

O SINDADOS-MG ajuizou uma ação trabalhista contra a COBRA TECNOLOGIA, visando à condenação da Empresa ao pagamento das diferenças decorrentes dos reajustes salariais concedidos nos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT's), retroativamente a 2014, na antiga PMUVP (Parcela Mensal de Utilização Veículo Próprio), atual IUVP (Indenização para Utilização de Veículo Próprio). O Sindicato, entre outros pedidos, busca a correção dos seguintes reajustes para a PMUVP/IUVP:

2014	2015	2016	2017	2018
6,75%	9%	7,98%	1,63%	3,17%

A ação do SINDADOS-MG foi julgada parcialmente procedente e a Empresa foi condenada a fazer a correção da parcela PMUVP/IUVP, conforme a cláusula 2ª dos Acordos Coletivos de Trabalho de 2014/2015; 2015/2016; 2016/2017 e 2017/2019 e a pagar as diferenças aos trabalhadores que tenham recebido a PMUVP/IUVP entre 01/10/2014 e 30/09/2019, conforme se apurar nos cálculos do Processo. Tivemos a primeira vitória. Acompanhe os próximos passos desta Ação, que serão informados neste boletim e através da página do Sindicato.

AGENDA DE AUDIÊNCIAS

INFORME JURÍDICO

Empresas	Processo	Data	Hora	Vara
ZETRA SOFT	0010398-94.2019.5.03.0110	13/11/2019	16:00	31ª
TECLOG FLEET	0010560-55.2019.5.03.0186	14/11/2019	10:00	48ª
CPM BRAXIS	0011677-19.2017.5.03.0003	28/11/2019	11:00	3ª

